

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-EA – 21/08/2012 - 9h00min. Câmara Municipal – Itatiba - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
4ª Cia de Polícia Ambiental	Antônio Carlos Lucas (T)
4ª Cia de Polícia Ambiental	Marco Antônio da Silva (S)
CETESB	Vera Lucia Namura (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroy de Campos (T)
DAE Jundiá	Roseli Aparecida da Silva Taboni (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Gisele Cristina Fernandes (S)
DAEE	Graziela Lopes Bertolino (S)
Fundação Energia e Saneamento	Mariana de Souza Rolim (T)
GVS XX Piracicaba	Rita de Cássia dos Santos Viveiros (T)
GVS XX Piracicaba	Elizabete Morandi (S)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
IPE	Gislaine de Carvalho (T)
P.M. de Campinas	Maria Fernanda Spina Chiochetti (T)
P.M. de Extrema	Dorisney Ribeiro de Campos (T)
P.M. de Extrema	Stella Maria Brizola (S)
P.M. de Itatiba	Gustavo Cosenza de Almeida Franco (T)
P.M. de Limeira	Rogério Mesquita (T)
P.M. de Monte Mor	José Roberto Malaquias (T)
P.M. de Piracicaba	Giseli Ap. Lambertuchi Barion (T)
P.M. de Piracicaba	Elizabeth da Silveira Nunes Salles (S)
P.M. de Rio Claro	Edison Norberto de Andrade (T)
P.M. de Santa Gertrudes	Rachel Assad Salum Moro (T)
SAAE Ambiental Salto	Silmara Aparecida Barbutto Marques de Sousa (T)
SAAE Ambiental Salto	Francisco Antonio Moschini (S)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SAEAN	Jacqueline Pinto Adorno (T)
SANASA	Ana Lucia F. R. Vieira (S)
SANASA	Janete Maria Teles (S)
SEME/Bragança Paulista	Maria Cristina Muñoz (T)
SEME/Bragança Paulista	Fernanda Batazza Gutierrez Batista (S)
SMA	Maria Luísa Bonazzi Palmieri (T)

Membros Ausentes com justificativa	
Entidade	Representante
Jaguatibaia APA	José Cláudio Hofling (T)
UNICAMP	Emília Wanda Rutkowski (T)

Membros Ausentes sem justificativa	
Entidade	
ABCON	
ACEPEUB	
ASSEMAE	
Associação Bragança Mais	
CATI	
FLORESPI	
Fórum das Entidades Cívicas	
Instituto Viver no Verde	
P.M. de Americana	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Nova Odessa	
P.M. de Piracéia	
P.M. de Salto	

Convidados	
Entidade	Representante
SAAE Atibaia	Flávio Gigliotti
SAAE Ambiental Salto	Fernando Baceiler
SMA/CEA	Carlos Ribeiro
Terceira Via	Lucas P. Lima
IPE	Patrícia Amaral
Prefeitura de Rio Claro	Roberto Foresti Jr.

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

**1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Maria Fernanda, coordenadora da CT-EA, que deu boas-vindas aos participantes e agradeceu aos representantes da Prefeitura Municipal de Itatiba pela cessão do espaço. **3. Informe:** A Sra. Maria Luísa informou que foi encaminhado, via e-mail, os membros da CT-EA que representarão a CT no evento e as informações para quaisquer interessados se inscreverem no evento. **4. Apreciação da minuta de ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-EA:** Dispensou-se a leitura da ata e esta foi aprovada sem alterações. **5. Repercussões da nova estrutura de Educação Ambiental do Estado de São**

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Paulo nos processos de Educação Ambiental voltada à Gestão dos Recursos Hídricos:** A Sra. Maria Fernanda passou a palavra ao Sr. Carlos Ribeiro, diretor do Departamento de Relações Institucionais em Educação Ambiental, da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA/SMA), o qual começou sua explanação explicando a nova estrutura da CEA. Questionado sobre a atuação da CEA como Agente Técnico, o Sr. Carlos disse entender que não é papel da CEA acompanhar os projetos, mas sim fazer um parecer quanto à sua viabilidade técnica. Ele explicou que o Tribunal de Contas do Estado fez críticas à CEA por não ter acompanhado, *in loco*, a execução dos projetos. Segundo o Sr. Carlos, tal acompanhamento é inviável, considerando o corpo funcional atual da Coordenadoria, sendo que para que tal feito fosse possível, seria necessária a criação de uma estrutura comum, entre a Secretaria de Meio Ambiente e a de Recursos Hídricos, para análise e acompanhamento dos projetos. O Sr. Carlos afirmou que há uma articulação em trâmite nesse sentido. As Sras. Gislaíne e Patrícia, da ONG IPE, disseram que o projeto do qual o IPE é tomador está há vários meses na CEA para análise e que elas temem não conseguir cumprir, em virtude desse atraso, o prazo para liberação da primeira parcela e isso acarretará em declaração de inadimplência técnica do tomador. O Sr. Rogério, da Prefeitura de Limeira, comentou que recebeu tal declaração de inadimplência técnica e gostaria de saber quais as formas de reverter essa situação, visto que o projeto estava em plena execução. O Sr. Carlos solicitou que fossem encaminhados e-mails com informações sobre esses casos específicos em seu e-mail que ele verificaria a situação desses projetos. O Sr. Carlos explicou que houve atraso na análise dos projetos porque, com a publicação do decreto de reestruturação da SMA, a CEA parou as análises e devolveu os processos para a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, já que entendia que ela não seria mais Agente Técnico. Após pouco mais de um mês, a atuação da CEA como Agente Técnico foi retomada, diante de novas normas definindo o fluxo de análise dos projetos. A Sra. Elizabeth, da Prefeitura de Piracicaba, questionou sobre a situação da regulamentação da Política de Estadual de Educação Ambiental (PEEA), visto que ela participou de um dos encontros regionais sobre o tema. O Sr. Carlos respondeu que a minuta, elaborada pelo Grupo Facilitador da PEEA foi encaminhada à Consultoria Jurídica da SMA, porém, tal Consultoria afirmou que a minuta não tinha embasamento legal, pois a proposta havia sido feita com base nos vetos à lei e esse procedimento não era legalmente possível. Diante disso, o Sr. Carlos afirmou que a proposta de minuta foi reavaliada pela CEA e refeita com base em um “paralelismo do que foi feito no Governo Federal”. Com isso, a nova minuta, a qual foi reencaminhada ao gabinete, prevê um Comitê Gestor formado pela SMA e Secretaria Estadual da Educação e um Comitê Assessor. O Sr. Carlos explicou também que a nova minuta não menciona

a criação de Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) porque a orientação da Consultoria Jurídica é que tal colegiado só poderia ser criado por lei. Ele comentou ainda que considerava a estrutura da CIEA proposta do Grupo Facilitador inviável, pois a CIEA teria sessenta membros, o que poderia dificultar as discussões e encaminhamentos. Outro questionamento que surgiu foi sobre qual será a articulação da CEA com os Comitê de Bacias Hidrográficas (CBHs), diante da saída dos especialistas ambientais que estavam nos CBHs da Coordenadoria. Sobre o assunto, ele disse que a CEA abriu mão dos especialistas ambientais do interior para que os mesmos pudessem ter chefias imediatas em suas localidades e assim não ficassem “soltos”. A Sra. Dorisney retornou o tema dos projetos de educação ambiental e enfatizou o intenso trabalho da CT-EA no fomento a tais projetos, com o objetivo de implementar o Plano das Bacias PCJ 2010-2020, e que a situação está colocando em risco o trabalho da CT-EA visto a insegurança dos tomadores e futuros tomadores com a estrutura existente de análise e acompanhamento do Sistema FEHIDRO. Iniciou-se uma conversa sobre a necessidade de desenvolvimento de indicadores de avaliação de EA. O Sr. Flávio, do SAAE Atibaia, enfatizou a importância de esses indicadores serem elaborados de forma participativa. Sobre a atuação da CEA nesse tema, o Sr. Carlos disse que está em contato com o Centro Paula Souza para a realização de uma parceria no sentido de incluir, nos questionários respondidos pelos estudantes antes, durante e após os cursos, questões referentes à educação ambiental, como por exemplo: “Você separa seu lixo para reciclagem?” e questões correlatas. Segundo o Sr. Carlos, o intuito da CEA é conseguir incluir essas questões nos questionários de todas as ETECs e FATECs do Estado de São Paulo. Retomando a discussão sobre o FEHIDRO, o Sr. Rogério, da Prefeitura de Limeira, falou sobre a burocracia do FEHIDRO e a situação de descontinuidade de muitos projetos de educação ambiental devido a essa burocracia, em especial diante da declaração de inadimplência técnica de tomadores que estavam com projetos em plena execução. O Sr. Carlos disse que entende que essa burocracia só poderá ser minimizada se houver uma estrutura específica do FEHIDRO. Depois de comentários sobre o assunto, a Sra. Maria Fernanda propôs que seja agendada uma reunião da CT-EA com a CEA, a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e com as coordenações das CTEAs que não são da SMA para conversar sobre possíveis caminhos para essa desburocratização. O Sr. Carlos disse que a prioridade máxima da CEA é articular uma conversa entre o secretário de Meio Ambiente e o de Saneamento e Recursos Hídricos para criar uma estrutura única para avaliar e acompanhar todos os projetos do FEHIDRO. A Sra. Vera, da CETESB, questionou qual a proposta da CEA para aproximação com os CBHs e o Sr. Carlos respondeu que a estratégia é a elaboração de uma proposta de plano de

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

educação ambiental para cada bacia, que será encaminhada aos CBHs para sua discussão e coordenação. Segundo o Sr. Carlos, esse plano de educação ambiental não abordará apenas recursos hídricos, mas também resíduos sólidos, poluição atmosférica, etc. A Sra. Dorisney sistematizou os principais encaminhamentos da reunião: envio de e-mails dos tomadores com informações sobre os projetos que receberam declaração de inadimplência técnica para o Sr. Carlos e articulação de reunião com a CEA e a SSRH sobre a necessidade de desburocratização do FEHIDRO. Além disso, a Sra. Dorisney perguntou se o Sr. Carlos poderia apresentar, em uma Reunião Extraordinária da CT-EA, o planejamento da CEA para que fosse possível visualizar possibilidade de aproximação entre a CEA e os CBHs. Ele concordou e foi agendada a reunião para o dia vinte e cinco de setembro, às 9h, em Campinas. O local exato a ser confirmado por e-mail, sendo uma possibilidade o Centro de Conhecimento da Água da SANASA. A Sra. Maria Fernanda agradeceu a presença do Sr. Carlos. **6. Apresentação do GT-PB sobre os resultados do “Diálogo sobre Educação Ambiental e o Plano de Bacias” e definição de estratégias de continuidade:** A Sra. Maria Fernanda fez um breve relato sobre a oficina e o GT questionou à CT se os membros preferiam marcar uma outra reunião extraordinária para trabalhar os resultados da oficina ou se o GT poderia fazer essa atividade e trazer, para a próxima reunião ordinária, essa sistematização e propostas de encaminhamento. A segunda proposta foi aceita por unanimidade. **7. Apresentação do projeto de Demanda Induzida da CT-Rural, com componente de educação ambiental:** O Sr. Lucas, da Associação Terceira Via, apresentou o projeto “Boas práticas de uso e conservação dos Recursos Hídricos no Meio Rural”, que visa à adequação ambiental das propriedades para a conservação da água. O projeto prevê a realização de palestras, oficinas de diagnóstico e planejamento participativos, elaboração de materiais educativos e realização de curso de capacitação sobre o tema. A Sra. Maria Luísa, da SMA, elogiou o projeto e afirmou que este está na mesma linha dos demais projetos elaborados no âmbito do Coletivo Mantiqueira e já em andamento no FEHIDRO, os quais teve a oportunidade de analisar e percebeu que os mesmos são bem estruturados e comprometidos com uma educação ambiental efetiva. Ela sugeriu que, durante a execução do projeto, a programação do curso e das oficinas e os materiais educativos que forem elaborados sejam encaminhados para análise prévia da CT-EA, para que seja possível contribuir na construção de tais atividades e materiais. A sugestão foi aceita por todos. A Sra. Maria Fernanda também sugeriu que os convites para as reuniões de elaboração do projeto sejam encaminhados para todos os membros da CT, para que os interessados possam participar. Essa sugestão também foi aprovada. **8. Apresentação do GT-Projetos sobre os resultados das**

**“Oficinas de Elaboração de Projetos de Educação Ambiental Voltada à Gestão dos Recursos Hídricos” e definição de estratégias de continuidade:** Foi feito um breve relato sobre a oficina e definiu-se que os resultados da mesma seriam encaminhados via e-mail a todos. A Sra. Maria Cristina, da Prefeitura de Bragança Paulista, apresentou algumas propostas de encaminhamento e, após amplo diálogo, foi aprovada a ideia de realização de “plantões” para solucionar dúvidas de tomadores de projetos de educação ambiental, em dias e locais a serem definidos. Será feito um convite à Agência das Bacias PCJ para nos auxiliarem nessa atividade. **8. Criação do GT-Demanda Induzida - 2012:** A CT decidiu não criar o GT e rerepresentar o projeto de Demanda Induzida de capacitação dos membros da CT-EA será rerepresentado. A Sra. Maria Fernanda conversará com a UNICAMP e com a Secretaria Executiva sobre o tema **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Maria Fernanda agradeceu a presença de todos e encerrou-se a reunião.

**Maria Fernanda Spina Chiocchetti**  
Coordenadora da CT-EA

**Dorisney Ribeiro de Campos**  
Coordenadora-adjunta da CT-EA

**Maria Luísa Bonazzi Palmieri**  
Secretária da CT-EA